



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaime Bagattoli

REQUERIMENTO Nº DE - CAE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 50, *caput*, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Luiz Cláudio Moreira Lessa, Presidente do Banco da Amazônia (Basa), para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre possíveis desvios de finalidade de recursos do Banco da Amazônia.

JUSTIFICAÇÃO

Por meio deste requerimento, peço aos nobres pares apoio para convocar o presidente do Banco da Amazônia (BASA) para prestar esclarecimentos sobre graves denúncias publicadas pelo site "O Liberal" (<https://www.oliberal.com/economia/banco-da-amazonia-e-alvo-de-suspeitas-em-contratos-de-consultoria-1.895286>), além de ofícios enviados ao CONSAD (Conselho de Administração do BASA) pela Associação dos Empregados do Banco da Amazônia sobre "Denúncia de suposta gestão temerária do BASA e solicitação de medidas urgentes". Essas denúncias evidenciam possíveis falhas graves nos controles internos, na gestão de riscos e na atuação das áreas legais e de conformidade do banco, que influência não apenas a gestão desta instituição, mas a própria função social que ela exerce no desenvolvimento da Amazônia e de seus cidadãos.



O Banco da Amazônia é um pilar fundamental para o desenvolvimento da nossa região. Sua missão precípua é fomentar a economia local, apoiar o produtor rural, os pequenos empreendedores e as comunidades que dependem de crédito para gerar emprego e renda. Essa atuação se dá, em grande parte, por meio do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), um instrumento sagrado para a agricultura, a pecuária e para a segurança jurídica e econômica no campo. Qualquer desvio de sua finalidade representa um ataque direto ao desenvolvimento da Amazônia.

Contudo, as denúncias que emergem ferem diretamente essa missão. A matéria veiculada pelo portal "O Liberal" expõe a contratação de consultorias que somam mais de R\$ 183 milhões, realizadas sem o devido processo licitatório.

Ainda mais grave são os relatos de operações financeiras de alto risco com o Banco Master, que envolveram a aplicação de vultosos recursos em títulos sem a devida cobertura de garantia do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Tal operação, utilizando recursos que deveriam ser destinados ao fomento da nossa região, representa um claro desvio da finalidade do FNO (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte) e expõe o patrimônio público a riscos inaceitáveis.

Esses fatos, se confirmados, evidenciam graves falhas na gestão de riscos e na conformidade legal e normativa que rege uma instituição financeira pública. A situação exige uma resposta firme e imediata desta Casa Legislativa. O Senado Federal, e em especial esta Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, tem o dever de fiscalizar a correta aplicação dos recursos públicos e garantir que o Banco da Amazônia cumpra sua função social, pautado pela legalidade, pela transparência e pelo compromisso com o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Assim, solicito a aprovação deste requerimento para que possamos, em nome da transparência e da responsabilidade pública, ouvir a liderança do BASA e



averiguar a veracidade das informações, tomando as devidas providências caso se comprove a magnitude das irregularidades aqui pontuadas.

Sala da Comissão, 9 de junho de 2025.

Senador Jaime Bagattoli
(PL - RO)

